

'Queda da inflação será irrelevante'

Da sucursal de
BRASILIA

O FMI está pessimista quanto à queda da taxa de inflação brasileira; considera "insignificante" o impacto do expurgo de aumentos de preços que o governo pretende fazer em alguns indicadores econômicos e concorda que as pressões políticas estão impedindo a adoção de um programa mais rígido de ajuste da economia nacional, principalmente no que se refere à redução do déficit público, por meio de cortes mais acentuados nos gastos de custeio das empresas estatais.

Essa avaliação foi feita ontem por um membro da missão, que tem amanhã mais uma reunião com os ministros do Planejamento, Delfim Netto, e da Fazenda, Ernane Galvêas. A reunião, que se realizará no Palácio do Planalto, servirá para fixar as novas metas do acordo do Brasil com o Fundo, especialmente no que se refere ao déficit público e à taxa "realista" de inflação. A partir da fixação desses pontos começará a ser elaborado novo adendo à carta de intenções que formalizou o acordo do Brasil com o FMI. Nova missão do Fundo deverá vir ao Brasil somente em novembro ou dezembro.

Segundo as observações do técnico da missão, a taxa de inflação neste mês deverá superar os 10%, fazendo com que o índice anual evolua de 120% para 130%. O expurgo nos índices, de acordo

com ele, deverá representar muito pouco nessa taxa, algo entre 3 e 4%, e terá efeito somente um junho. "Isto é insignificante para o tamanho da inflação brasileira" — disse, observando que o reflexo desse expurgo no reajuste de salários "nem será sentido". Para ele, o importante é uma queda na taxa de inflação, "af, sim, os salários passariam a ter ganhos reais".

O ideal, em termos de inflação, na opinião desse membro da missão, seria que, a partir de julho, a taxa mensal caísse para 4%. Acha, porém, muito difícil essa tarefa e acredita, mesmo, que somente a partir de setembro o Brasil poderá voltar a ter taxas nesse nível.

EQUILÍBRIO

O técnico lamentou que o governo não tenha podido aprofundar a contenção dos gastos com custeio das empresas estatais, precisando, em consequência, penalizar com maior intensidade os investimentos. A escolha desse caminho — os investimentos foram reduzidos em 25% — refletirá negativamente na produção nacional, pois a recessão aumentará e o desemprego, também, concorda. Observou ainda que, no total, o corte nos dispêndios globais das estatais será de somente 3%, o que na verdade significa que haverá um aumento real nas despesas com custeio (formadas basicamente pela folha de pagamento).

Para o FMI, segundo explicou o integrante da missão, o ideal seria que todos os segmentos da sociedade dessem a mesma cota de sacrifício, mas destaca que a complexidade econômica do País penaliza uns mais que os outros. Segundo ele, o setor estatal é o mais forte e, por isso, será o menos prejudicado. Essa situação — observou — decorre do tipo de desenvolvimento nacional que propiciou o fortalecimento do setor estatal.

Especificamente quanto ao corte nos investimentos em proporção diferente do custeio, reconhece que as manifestações dos funcionários dessas empresas, contrárias ao corte nas vantagens e benefícios salariais, fez o governo amenizar as medidas nessa área.

Um técnico do governo brasileiro revelou ontem que as autoridades nacionais já deixaram bem claro à missão e à chefia do próprio Fundo que "não adianta aplicar a tabuada do FMI no caso do Brasil". O recado parece ter sido bem assimilado por seus técnicos que vêem nas fórmulas econômicas brasileiras sempre "uma maneira de complicar tudo". Ao fazer tal observação, o técnico comentava a fórmula usada para proceder os reajustes salariais. "Em vez de considerar a perspectiva da inflação, leva em conta o que passou. No sistema anterior era mais complicado ainda, computava uma parte da inflação passada e outra da expectativa futura. Assim, é muito difícil" — declarou.